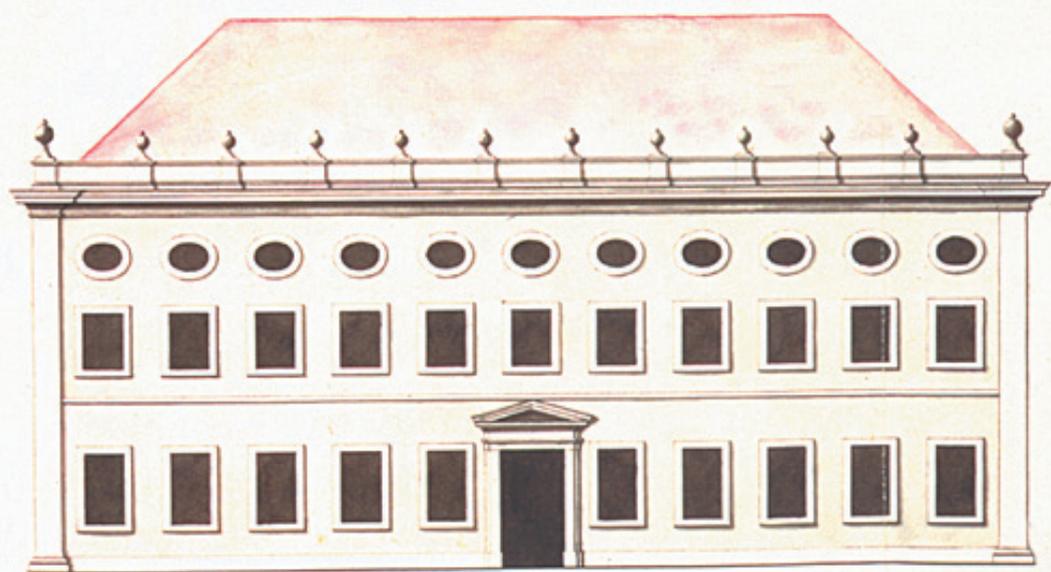


FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA • JOSÉ ANTUNES
IRENE VAQUINHAS • ISABEL NOBRE VARGUES • LUÍS REIS TORGAL
FERNANDO J. REGATEIRO

Imprensa da Universidade de Coimbra Uma história dentro da História



ELEVACÃO GEOMETRICA.
da
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

Guilherme Kluge, Tráf. Gráf. e Director

Theodoro Mariz P'ed'ad' Apud



Coimbra • Imprensa da Universidade

(Página deixada propositadamente em branco)

Imprensa da Universidade de Coimbra

Uma história dentro da História

Fernando Taveira da Fonseca

José Antunes

Irene Vaquinhas

Isabel Nobre Vargues

Luís Reis Torgal

Fernando J. Regateiro



Coimbra • Imprensa da Universidade

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

INFOGRAFIA
Paula Isabel Jorge
Estímulus [design] • Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA
Imprensa de Coimbra, Lda.
Couraça dos Apóstolos, 126
3000-372 Coimbra

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Guilherme Elsdén, alçado principal da Imprensa
(*Riscos das Obras da Universidade de Coimbra*,
prop. part., foto: José Pedro Aboim Borges)

ISBN
972-8704-02-X

DEPÓSITO LEGAL
171893/01

© NOVEMBRO 2001, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República



(Página deixada propositadamente em branco)

A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NA REFORMA POMBALINA

A Imprensa da Universidade, fundada no reinado de D. José I, em 1772, foi, sem dúvida, uma notável expressão da Reforma do Marquês de Pombal.

A vida cultural que percorreu durante 162 anos, até à sua extinção política, determinada pelo Decreto-Lei nº 24.440, de 1934, tem momentos altos e assinaláveis. Pelo que a sua extinção abriu um vazio e tornou mais pobres, não apenas a Universidade, mas a própria cultura portuguesa.⁽¹⁾

Como ficou demonstrado no trabalho anterior,⁽²⁾ a Imprensa da Universidade Pombalina, tem a precedê-la uma longa história, que remonta ao reinado de D. João III,⁽³⁾ sem esquecer, por último, e como base, não só a tipografia universitária, então designada Real Officina da Universidade, mas outras que existiam no mesmo período.⁽⁴⁾

(1). O presente tema (incluindo um mapa elucidativo sobre os autores e respectivas obras existentes na Imprensa da Universidade Pombalina), encontra-se mais desenvolvido no nosso trabalho: *Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra* (Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. IV, Tomo II, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 143-197), Coimbra, 1982.

(2). Referimo-nos ao trabalho, nesta mesma obra, de Fernando Taveira da Fonseca. "A Imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772".

(3). A este propósito veja-se, por exemplo, Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra, 1868, p. 282.

(4). Para um resumo de toda esta evolução, ver José Antunes, *ob. cit.*, pp. 145-147 e a respectiva bibliografia, sobretudo: Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. III, Coimbra, 1939, p. 141; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 282 e segs.; Joaquim de Carvalho, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra escriptas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira*, Seg. parte, vol. III, t.I, pp. 723-726; José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra*, t. II, Coimbra, 1947, pp. 26-75 (onde inclui a história da Imprensa, com bastante documentação e bibliografia); Manuel Lopes d'Almeida, *Apontamentos aos "Apontamentos para a história*

É o caso, por exemplo, da notável e bem apetrechada Imprensa do Real Colégio das Artes dos Jesuítas, estabelecidos em Coimbra, desde 1542, sob o patrocínio do rei D. João III e que em 1710 se encontrava, na referida cidade, em poderosa actividade e ainda a do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

De facto, quando o Marquês de Pombal subiu ao poder em 1750, como ministro de D. José I, as imprensas particulares não tiveram vida fácil e algumas acabaram por desaparecer, entre as quais se regista, obviamente, a imprensa dos Jesuítas do Real Colégio das Artes.⁽⁵⁾

Ora, apesar dos Jesuítas terem sido extintos mais tarde, concretamente pela lei de 3 de Setembro de 1759, já por carta régia de 19 de Janeiro do mesmo ano se tinha ordenado o sequestro de todos os seus bens. E entre os bens sequestrados, contava-se a Imprensa do Real Colégio das Artes que o Marquês de Pombal imediatamente soube aproveitar, convertendo-a em tipografia própria da Universidade, isto é, na *Real Oficina da Universidade*. Esta começou a funcionar em 2 de Junho de 1759 e durou até 1772, ano em que o Marquês fundou uma nova e mais grandiosa imprensa, designadamente a Imprensa da Universidade.⁽⁶⁾

Contudo, não foi só a dos Jesuítas a base desta Imprensa. Engrossaram o espólio da mesma os tipos ou caracteres que serviram na Academia Litúrgica de Coimbra.

contemporânea" e ainda *Livros, Livreiros, Impressores em documentos da Universidade, 1600-1649*, Coimbra, 1964; A. da Rocha Madail, *A propósito de livreiros e impressores de Coimbra no séc. XVI*, Coimbra, 1941; Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, vol. III, Lisboa, 1700 a 1800; Sousa Viterbo, *O movimento tipográfico em Portugal no séc. XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924; Venâncio Deslandes, *Documentos para a História da Tipografia em Portugal no séc. XVI e XVII*, Lisboa, 1888.

⁽⁵⁾. Também é neste contexto que devemos igualmente compreender os motivos da clandestinidade da Imprensa do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação. Pois segundo Joaquim Martins de Carvalho, um prelo da Imprensa de António Simões Ferreira (que também era a do bispo de Coimbra), foi para a quinta de S. Martinho do Bispo, onde foi impresso, clandestinamente, em 1746, o célebre folheto sobre o *Ponto de Interrogação dos cúmplices aos penitentes no acto da Confissão Sacramental*, mas dado como publicado em Madrid, na Oficina dos herdeiros de Francisco del Hierro (Cf. Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 294-321).

⁽⁶⁾. *Idem, ob. cit.*, pp. 305-311; 338-339.

O papa Bento XV, grande cultor das letras e das artes, tinha instituído em Roma a Academia dos Sagrados Ritos de História Eclesiástica. Coimbra foi a cidade escolhida pelo pontífice para, à imitação de Roma, ser dotada de uma instituição similar. De facto, pela bula *Gloria Domini*, de 22 de Junho de 1747, e precedendo a aprovação de D. João V, foi confiada aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho o magistério dos Sagrados Ritos e da História Eclesiástica. A sua abertura solene ocorreu em 16 de Março de 1758, sob a protecção e tutela de N.ª Sr.ª da Anunciação. O papa dotou-a de inúmeras e valiosas ofertas, com destaque de uma rica colecção das suas obras para uso da Academia – *ad usum Academiae Liturgicae coimbrincensis*.

Foi por esta ocasião que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra criou uma nova Imprensa destinada ao serviço da Academia Litúrgica e do público em geral, onde foram impressas inúmeras obras. Dizemos 'nova' porque este mesmo mosteiro já em 1530-1531 tinha sido dotado de uma boa imprensa pelo então prior D. Dionísio Moraes, fundada e dirigida pelo conhecido impressor francês German Galharde e posteriormente transferida para o mosteiro de S. Vicente de Fora, donde nunca mais voltou para Coimbra.⁽⁷⁾

Mas também a existência desta Imprensa, criada em 1758 foi efémera. Em 1767, a Academia foi extinta pelo Marquês de Pombal e os tipos que ali existiam passaram para a Imprensa da Universidade, quando o mesmo ministro de D. José I a fundou em 1772.

Refere Joaquim Martins de Carvalho que no ano de 1803 ainda existiam na Imprensa da Universidade diversos tipos do mosteiro de Santa Cruz, semelhantes aos tipos de corpo 12 e 10, que os próprios compositores denominavam 'Leitura de Santa Cruz'.⁽⁸⁾

Por carta régia de 28 de Agosto de 1772, D. José I concedia ao Marquês de Pombal plenos poderes a fim de proceder à reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, ordenando-lhe, como se lê no documento, que restituísse e restabelecesse nela as Artes e as Ciências, contra as 'ruínas em que se achavam sepultadas, fazendo publicar os Novos Estatutos'. Em cumprimento destas ordens, o Marquês chegava a Coimbra em 22 de

(7). Idem, ob. cit., pp. 280-281.

(8). Idem, ob. cit., pp. 322-327

Setembro de 1772, permanecendo nesta cidade até 24 de Outubro seguinte.⁽⁹⁾

Dotado de um dinamismo peculiar, lançou-se de imediato a resolver os mais graves problemas que afectavam a Universidade. Publicou inúmeros decretos sobre os mais diversos assuntos das várias Faculdades, dedicando especial cuidado ao Museu de Física e de História Natural, ao Laboratório Químico, ao Jardim Botânico, Observatório Astronómico, à transferência do Hospital para o edifício dos Jesuítas, ao Dispensário Farmacêutico, ao Teatro Anatómico, à transformação da Igreja dos Jesuítas em Sé Catedral (actualmente designada Sé Nova) e à Tipografia da Universidade.⁽¹⁰⁾

Esta, porém, estava muito longe de corresponder aos planos do Marquês Visitador, apesar do aproveitamento das duas referidas impressas particulares. Tanto assim que os Estatutos da Universidade tiveram que ser impressos na Tipografia Régia de Lisboa e só chegaram a Coimbra em 24 de Setembro de 1772.

Impunha-se, por isso, encontrar um vasto edifício onde pudesse instalar uma nova e mais ampla Imprensa. A projectada mudança da antiga Sé catedral (Sé Velha) para a Igreja dos Jesuítas (a actual Sé Nova), era uma oportunidade que se lhe oferecia para conseguir os seus intentos, tendo em conta os espaços envolventes do vetusto templo . Nesta diligência teve papel importante o reitor Reformador e Vigário Capitular D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, um dos seus melhores colaboradores e que muito se interessou pela fundação e instalação da nova oficina.⁽¹¹⁾

Dada esta estreita colaboração entre o Vigário Capitular e o Ministro, o rei D. José I, em carta de 11 de Outubro de 1772, dava ao Marquês Visitador plenos poderes para adaptar o edifício dos Jesuítas e a sua Igreja em benefício da nova Sé Catedral e enviava uma outra, na mesma data ao Vigário Capitular, D. Francisco de Lemos, onde afirmava que não havia 'uma

(9). Ver: Manuel Lopes d'Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. I, Coimbra, 1937, doc. II, p. 3.

(10). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 345-346 e Manuel Lopes de Almeida, *ob. cit.*, pp. 1-34.

(11). D. Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade*, Coimbra, 1980, p. 5.

aplicação mais pia da ampla e sumptuosa Igreja do referido Colégio do que a de restabelecer nela a nova catedral'.⁽¹²⁾

Em 14 de Setembro de 1772 já o Marquês anunciava a mudança, nos seguintes termos: 'acedendo aos pios votos do reverendíssimo Vigário Capitular do bispado...cedo a igreja e as porções do dito colégio...vago pela perpetua proscricção e desnaturalização dos denominados jesuítas...para que a Sé actual...com as suas oficinas sejam transferidas ao sobredicto templo...mais digno de constituir a cabeça d'uma tão considerável diocese...ficando a outra igreja que actualmente serve de Sé, com o seu claustro e todas as oficinas a ella contiguas livres e desembaraçadas a fim de se fazerem d'ellas as applicações que ... me foram ordenadas'.⁽¹³⁾

Com esta transferência da Sé Catedral e do Cabido para a Igreja dos Jesuítas, pretendia-se que ficasse devoluto o claustro da Sé Velha' para nele se estabelecer com largueza a ampla typografia' da Universidade o que parece ter sucedido por provisão do Marquês de Pombal, em 15 de Outubro de 1772.⁽¹⁴⁾

Os acontecimentos sucedem-se com rapidez e eficácia.

Assim, em 17 de Outubro ordenou se comprassem para a tipografia os quintais de João Pedro de Melo, na rua do Norte. Dois dias depois, procuradores do Cabido e o provisor da Mitra tomaram posse da Nova Sé e a Universidade posse do claustro e torre da Sé Velha e das oficinas que o rei lhe tinha doado. A 21 do mesmo mês o reitor da Universidade faz a trasladação, em solene procissão, do Santíssimo Sacramento para a Nova Sé, finalizando-se com o Te Deum, em acção de graças. No dia seguinte houve Missa festiva e sermão a que assistiu o Marquês de Pombal.

Com o pulso agora livre para a implantação da Tipografia universitária nos claustros da velha Sé, comprou e acrescentou-lhe na rua da Ilha mais duas casas e quintais, pertencentes a João Mendonça, tornando-a ainda mais

(12). Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, doc. XXI, pp. 22-23 e Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 351.

(13). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, 350-351.

(14). *Idem*, *ob. cit.*, p. 352; cf. José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, pp. 35-39; D. Francisco de Lemos, *ob. cit.*, pp. 5, 133, 262.

ampla. Terminada esta importante fase, escrevia a 12 de Fevereiro de 1773 ao reitor da Universidade: 'Nunca duvidei que a tipografia academica ficasse tão bem accomodada no claustro nobre da Sé, como V.^a S.^a me refere...' (15)

Em 18 de Maio de 1773, comunica, D. Francisco de Lemos, a Pombal, que a Imprensa se achava quase concluída e que tinha ficado admirável. Mas a 24 do mês seguinte escrevia novamente ao Ministro a dizer-lhe que já estava pronta e 'que só andava a pôr em ordem o seu interior para se plantarem os prelos', (16)

De interesse é ainda a carta do Marquês de Pombal, de 5 de Outubro de 1773, onde louva a iniciativa do Reitor, D. Francisco de Lemos, em mandar demolir a torre antiga da Sé, pois, segundo escreveu, não servia senão para ser um 'padrasto sombrio e informe só próprio para desfigurar a formosura do palácio e de escurecer as nobres officinas que naquelle lugar se mandaram estabelecer'. (17) Registe-se, no entanto, que além da torre, foi ainda suprimida a rua que partia da rua do Norte para o Colégio de Santa Rita ou Colégio dos Grilos e desmanchada a escadaria que, em frente da porta principal da Sé, dava acesso ao adro. (18)

No entanto, embora a Imprensa da Universidade estivesse pronta em Outubro de 1773, estava ainda longe de possuir o necessário desenvolvimento para ocorrer à impressão de todos os livros para o ano lectivo de 1773-1774, tendo de se servir para o efeito dos livros impressos na Tipografia Régia de Lisboa e que foram enviados para Coimbra através do porto da Figueira da Foz, como consta do officio de 21 de Outubro de 1773. (19) Mas em 16 de Dezembro do mesmo ano, já lhe era concedido o exclusivo não só da impressão dos livros de *Matemática* (privilégio do Colégio dos Nobres), mas também das

(15). Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. XLV, p. 70; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 354-355 e José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, p. 40.

(16). Teófilo Braga, *ob. cit.*, pp. 484 e 493; cf. José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, pp. 41-43.

(17). Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. LXIV, p. 103; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 358-359; Teófilo Braga, *ob. cit.*, pp. 556-557.

(18). Cf. António Vasconcelos, *Sé Velha*, vol. I, p. 109, 125 e 255; *vid.* Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 359 e José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, p. 43.

(19). Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. LXXIII, p. 115; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 359; Teófilo Braga, *ob. cit.*, vol. III, p. 557; José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, pp. 43-44.

Ordenações do Reino que até ali eram impressas no mosteiro de S. Vicente de Fora.⁽²⁰⁾

Neste mesmo ano de 1773 foi nomeado como administrador Bernardo Correia de Azevedo e o primeiro abridor de buril de estampas, depois da Reforma, Joaquim José da Silva Nogueira.

Para o tempo, ficava, assim, a nova Imprensa bem apetrechada e enriquecida de meios e de pessoas, pronta para produzir os seus frutos e prosseguir por si o seu rumo pelos tempos fora, ao serviço da cultura da Universidade e do país.

Prova desta mesma vitalidade é a aprovação e confirmação do Regimento da Imprensa Académica em 9 de Janeiro de 1790, por alvará de D. Maria I. Porque embora este não tivesse saído das mãos do seu fundador, já falecido em 1782, foi um ponto alto, uma importante etapa, para não dizer consagração, do trabalho, da inteligência e visão rasgada do Marquês de Pombal, visto ser fruto, não só da experiência de longos anos de actividade, mas também da clarividência e alcance com que tinha sido projectada para o futuro.

A Conferência ou o Governo da Imprensa da Universidade era um dos pontos mais importantes do Regimento. Deveria ser constituída por um *director*, por um *revisor* e por um *administrador*, com a obrigação de reunirem semanalmente em conferência. Em cada reunião eram abordados os assuntos correntes e examinada toda a actividade da Imprensa, desde a conferência antecedente, designadamente o trabalho dos oficiais nas obras, a saída das produções da Oficina, os provimentos necessários e meios económicos para as obras, a impressão ou reimpressão e outros trabalhos em curso.⁽²¹⁾

A todas as reuniões deveria assistir igualmente o *escriurário* ou *guarda livros*, que tinha a seu cargo não apenas o livro de registos, onde eram lançados os despachos e resoluções, mas a escrita de toda a Oficina, incluindo as folhas semanais para o pagamento dos oficiais e a

⁽²⁰⁾ Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. LXXX, pp. 127-129 e Doc. LXXXI, p. 130; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 360.

⁽²¹⁾ Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, vol. II, 1979, Doc. CCCLI, nº 1,2,3, 4, 6, 9 e 10 do Regimento. pp. 251-253.

contabilidade com as obras impressas tanto por conta da Oficina como de particulares.

Depois da referida aprovação, o Regimento foi enviado em 27 de Abril do mesmo ano a D. Francisco Rafael de Castro, Principal da Igreja de Lisboa e Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra, que pouco tempo depois lhe deu seguimento, confirmando no cargo de revisor, José Fernandes Álvares Fortuna, professor de Grego e nomeando para director João António Bezerra de Lima, professor de Gramática Latina e para administrador António Barneoud, mercador de Livros, em Coimbra.⁽²²⁾

Ora são precisamente todos estes membros, que constituíram a primeira Conferência, que assinam os *manuscritos* dos *Balanços de Receita e Despesa*, juntamente com o escriturário ou guarda-livros, Januário Gonçalves Mendonça, apenas com excepção do manuscrito de 1795 em que só falta a assinatura do director e dos manuscritos de 1800 a 1805, em que José Fernandes Álvares Fortuna aparece substituído no cargo de revisor por Emigdio José David Leitão, professor de Lógica e de Gramática Latina. Em 1805, também sucedeu a Januário Gonçalves Mendonça, no cargo de escriturário ou de guarda-livros, João Isidoro Maciel Andrade.⁽²³⁾

Mas a história da Imprensa da Universidade não se cinge apenas ao conteúdo desta breve síntese. Para além de 1772 há toda uma vida e actividade que é imperioso referir e registar.

Os documentos, a que acima nos referimos, dão-nos conta de grande parte dessa actividade. Encontram-se actualmente no Arquivo da Universidade de Coimbra e fazem parte de um conjunto de manuscritos inéditos, designados por *Documentos Avulsos*, todos eles referentes à Imprensa da Universidade. Tal conjunto é constituído por quinze cadernos que contêm os *Balanços de Receita e Despesa da Fazenda da Oficina Tipográfica da Universidade*, administrada, conforme o referido Regimento, por um Governo ou Conferência, todos eles referentes aos anos de 1790 e de 1792 a 1805.⁽²⁴⁾

⁽²²⁾ Idem, *ob. cit.*, Doc. CCCLXV, p. 292; Doc. CCCLXXIV, p. 302; cf. Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 365-366.

⁽²³⁾ Cf. manuscrito *Balanço de Receita e Despesa dos anos de 1795 e de 1800 a 1805*.

⁽²⁴⁾ Também no Fundo da Imprensa da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Geral, existem igualmente manuscritos dos *Balanços de Receita e Despesa* da mesma Imprensa, desde

Constituem, sem dúvida, uma preciosa fonte de informações, porquanto nos dão uma ideia não só da sua vida laboriosa e do critério científico que presidiu à escolha das obras aí impressas, mas até do seu próprio acolhimento e difusão. Apesar da sua aridez traduzida em números e somas, cremos ser possível retirar algumas ilações sobre o movimento das ideias que certamente lhes estão subjacentes, com relevo para certas correntes de pensamento. O considerável elenco de autores estrangeiros e obras que nos oferecem, fazem parte do contexto europeu e marcaram, sem dúvida, um lugar importante na História da Cultura Portuguesa e sobretudo na época pombalina. A sua escolha e impressão pela nova Imprensa da Universidade, ou aquisição e difusão através da sua "Loge", como consta dos referidos manuscritos, tornam-se no melhor testemunho, tanto da mentalidade dos reformadores, como da sua ideologia e do espírito que presidiu principalmente à Reforma dos estudos superiores, levada a cabo pelo Marquês de Pombal e seus colaboradores.

Referem-se, a todos os domínios das ciências. Não só à teologia, à filosofia, e ao direito, mas às ciências matemáticas ou às ciências físicas, fruto da revolução científica operada sobretudo desde o séc. XVI a XVIII na Europa e de que a Reforma Pombalina é também uma consequência e uma expressão. Tanto mais que a Universidade, a dar crédito ao "Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles publicados", encontrava-se numa verdadeira "decadência e ruína", para usarmos as expressões de D. José I, constantes do decreto de nomeação da Comissão que elaborou o referido parecer e da Carta Régia de 28 de Agosto de 1772 sobre a concessão de plenos poderes ao Marquês de Pombal em ordem à reforma dos Estudos Superiores.⁽²⁵⁾

Esta presença de obras de autores fora do país são a expressão do que se verificava nos restantes países da Europa ou desse amplo movimento de profundas transformações ideológicas, culturais, políticas,

1772 a 1792 e onde são referidos quase todos os autores e respectivas obras que aqui vamos mencionar.

⁽²⁵⁾ Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, vol. I, Doc. II, pp. 2-4.

religiosas, económicas e científicas a que vulgarmente se chama "Século das Luzes"(o iluminismo) e que se desenvolveu em toda a Europa, entre a revolução inglesa de 1688 e a revolução francesa de 1789.

Por outro lado, confirmam que o Marquês de Pombal e os seus colaboradores se enquadram, perfeitamente, em tão vasto contexto europeu. Porque tais autores e obras encontram-se precisamente entre aqueles que abraçaram a filosofia racionalista moderna, independente do dogma e da autoridade eclesiástica. Ou entre os que confiavam unicamente nos princípios da própria razão humana; exaltavam a consciência cada vez mais profunda do valor do homem e da própria natureza; defendiam o poder das novas ciências físicas e matemáticas; a experiência sensível; a atitude optimista perante a vida, recusando, assim, os valores científicos, religiosos, políticos e filosóficos, que fossem representativos de um passado imediato.

Muitas dessas obras, algumas das quais vamos referenciar, são, verdadeiramente, o mais impressionante testemunho do que acabamos de afirmar.

E entre as primeiras, impressas pela Tipografia da Universidade, encontram-se, conforme consta do ofício de 12 de Abril de 1774, os *dous volumes de Bezout, hum de Logica e Metaphysica do Genuense e o quarto de Van-Espen*.⁽²⁶⁾

O que não significa que antes desta data não existissem já na sua Livraria, ou "Loge", outras publicações à disposição da população universitária. Do número de obras impressas entre 1771-1774, por ordem da Imprensa, e segundo o manuscrito *Relação das impressões dos livros pertencentes à Universidade de Coimbra, mas feitas em Lisboa*, constavam já as seguintes: 6.000 exemplares da *Historia Jurisprudential Romanae*, de Bachio; 4.000 de *Historiae Ecclesiasticae Breviarium*, de Berti (Johan. Laurent); 3.000 das *Institutiones (Justiniani)*, de Boehmeri ; 6.000 dos *Principia Juris Publici Ecclesiastici*, de Febrônio; 2.000 das *Institutiones Juris Ecclesiastici*, de Fleury ; 6.000 dos *Principia Theologiae, Exegeticae, Dogmaticae, Symbolicae, Mysticae Moralis, Liturgicae, Sacramentalis et Canonicae*, de Gerbert: 2.000 dos *Elementa Juris Civilis secundum ordinem*

(26). Idem, ob. cit., Doc. XCIII, pp. 148-149; cf. Teófilo Braga, ob. cit., vol. III, pp. 557-558.

Pandectarum, de Henécio; 2.000 das *Decretais (Gregorii 9º Decretales per principia...)*, de Hertalz ; 2.000 do *De Lege Naturali, Jure Publico et Gentium*, de Martini; 2.000 da *Introductio in Juris Ecclesiastici...*, de Rieger; 1.000 exemplares do *Compêndio Historico do Estado da Universidade* e 1000 dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*.⁽²⁷⁾

Note-se, desde já, que estas obras tiveram um grande consumo até 1790.

Dos *manuscritos* de 1790 e de 1792 a 1805, ressaltam, além destes, outros nomes e obras de grandes personalidades, em quase todos os campos das ciências, cuja divulgação pela Imprensa foi considerável. No *Direito*, destacamos Samuel Pufendorf, Joham Bach (Bachio), J. Bohemer, Paul J. Riegger, Jacques Cujas (Cujácio), Hugo Grócio, Carlo A. Martini, Johann Herthals, Johann C. M. von Hontein (Febrónio), Zeger Bernard Van Espen; na *Botânica* Carl Linné (Lineu) e Rafael Bluteau; na *Filosofia*, Johann Gothlieb Heinecke (Heinécio), Antonio Genovesi (Genuense), Ludwig Philipp Thummig, Alph Cudworth, Crhistian Wolf, Samuel Clarke; na *Matemática*, Étienne Besout (Bezout), Charles Marie Bossut, Euclides, José Monteiro da Rocha, Gioseppe Toaldo; na *História*, Giovanni Lorenzo Berti, Claude Fleury, Damião de Goes, Jerónimo Osório, Lúcio André de Resende; na *Teologia*, Martin Gebert, Isaac Louis S. Lemaistre, Johann Leusden; na *Oratoria*, Benigno Bossuet; na *Medicina*, Joseph Lieutaud, Johann Crantz, Franz Xaver Hartmann, Caetano José Pinto de Almeida, José Martins da Cunha Pessoa; na *Química* e *História Natural*, Domingos Vandelli; na *Astronomia*, M. Jabbe de Chappe de Auteroche, Joseph Lalande; na *Física Experimental*, Pedro Van Musschembroech, Johann Beckmann e Dalla Bella.⁽²⁶⁾

Comprova-se assim, mesmo por esta breve síntese, que as obras impressas ou difundidas pela Imprensa da Universidade até 1805, não eram obras insignificantes, mas enquadravam-se no seu contexto europeu como expressão anunciadora dos novos tempos.

Mas dos inúmeros fólios manuscritos dos *Balanços de Receita e Despesa da Imprensa da Universidade, administrada pela Conferência*, podem

⁽²⁷⁾. Sobre estes autores e obras veja-se o quadro publicado por José Antunes, *Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina...* (já cit.), pp. 160-161 e 168-193, a propósito do contributo cultural, vindo dos vários países da Europa.

recolher-se outras informações, não menos importantes sobre a sua actividade. Neles encontram-se também registadas as obras que foram enviadas aos diversos *Comissários* contratados pela referida Imprensa nas diversas cidades do Reino. Ora tais dados podem constituir um certo contributo em resposta à pertinente questão: até que ponto é que a Reforma Pombalina saiu fora dos muros da Universidade e chegou às restantes regiões do País? Para onde foram os milhares de volumes de obras estrangeiras e nacionais impressas na *Oficina Tipográfica* ou importadas pela respectiva *Livraria* da mesma *Imprensa Universitária*? Terão também atingido, igualmente, as cidades interiores do Reino?

Desde já podemos adiantar que foi com alguma surpresa que verificámos que entre as cidades do interior, só Lamego é referenciada nos cadernos dos *Balanços de Receita e Despesa*. Nestes não constam outras cidades do interior, mesmo vizinhas e importantes como Viseu e Guarda. As cidades que requisitaram mais livros através dos respectivos *Comissários*, encontram-se situadas mais a Litoral, como Coimbra, Porto, Lisboa e Braga. Lamego é a quinta cidade das únicas sete que adquiriram obras à Imprensa, conforme consta dos manuscritos da *Tipografia conimbricense*. A seguir estão Leiria e Aveiro, mas com um menor número de obras.

Com isto não queremos dizer que as outras cidades tivessem ficado indiferentes a todo o movimento cultural de então, ou não tivessem requisitado à Imprensa os livros necessários e até em maior número, através de particulares ou por outros meios. Apenas pretendemos informar que nestas fontes só constam as referidas cidades.⁽²⁸⁾

Outros dados se poderiam acrescentar se porventura não excedessem os objectivos de um breve apontamento sobre a história da Imprensa Pombalina. Mas perante o que acabámos de apresentar, fácil é concluir que o conteúdo destes documentos é variado e rico e ainda não plenamente esgotado ou conhecido.⁽²⁹⁾

⁽²⁸⁾. Este ponto é tratado num estudo mais concreto e amplo, em vias de publicação, sob o título: *Lamego foco de cultura na Idade Média e Moderna*.

⁽²⁹⁾. Por exceder o âmbito deste trabalho não abordamos aqui a predilecção pelo género de obras e respectivos autores de cada uma destas cidades, o que não deixa de ser também sintomático.

